

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**Vitória Rabello López**

**PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (PROJOVEM): UMA  
ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE NOVO  
HAMBURGO/RS**

**PORTO ALEGRE**

**2021**

**VITÓRIA RABELLO LÓPEZ**

**PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (PROJOVEM): UMA  
ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE NOVO  
HAMBURGO/RS**

Trabalho de conclusão de curso  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Faculdade de Educação  
Graduação em Pedagogia

Orientador: Dr. Maurício Perondi

**PORTO ALEGRE**

**2021**

**VITÓRIA RABELLO LÓPEZ**

**PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (PROJOVEM): UMA  
ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE NOVO  
HAMBURGO/RS**

Trabalho de conclusão de curso  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Faculdade de Educação  
Graduação em Pedagogia

---

Prof. Dr. Maurício Perondi

---

Profa. Dra. Karine dos Santos

---

Profa. Dra. Dinora Tereza Zucchetti

Porto Alegre, 2021

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Gessi Ane e Ramiro, por terem me ensinado o significado da palavra amor, sempre me incentivado e ajudado a realizar meus sonhos. Aos meus irmãos Rodrigo, Felipe, Luigi e Pietra pela companhia em cada um desses sonhos e pelos infinitos momentos de descontração. Essa conquista é tanto de vocês quanto minha.

Aos meus amigos Giovanna e Pietro, pela disposição em me escutar, oferecer dicas e dar muitas risadas. Às colegas Bárbara, Isabella, Julia e Vitória pela divisão das angústias durante todo o período da graduação, chegamos juntas até aqui e, por isso, sou eternamente grata.

Ao meu orientador, Maurício Perondi, obrigada por estar comigo nessa jornada de altos e baixos, me guiando em todos os momentos, sobretudo os de dúvida e insegurança. À professora Karine dos Santos, que, desde o Estágio I, não poupou esforços para facilitar minha caminhada na graduação. Ao Coletivo de Educação Popular e Pedagogia Social, por todos os diálogos, desafios e dicas até aqui.

À toda a Secretaria de Desenvolvimento Social de Novo Hamburgo, em especial à Marilene, que me acolheu como estagiária e desde então vem me agregando cada vez mais conhecimento e curiosidade para seguir na profissão. Junto a ela, os educadores do Projovem, Alexandre e Marcelo, obrigada pela disposição em dialogar e relembrar as vivências tão ricas que tiveram.

Por último, mas não menos importante, à toda minha família, amigos e professores que influenciaram de forma direta ou indireta essa etapa da minha vida, oferecendo, sem pedir nada em troca, amizade, conselhos e carinho.

A todos vocês, obrigada.

## RESUMO

A presente monografia investiga como se deu o desenvolvimento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) no município de Novo Hamburgo. O Projovem foi uma política pública que beneficiou jovens de 15 a 29 anos, dividida em quatro modalidades. Aqui são estudadas as duas modalidades aderidas pelo município: o Projovem Urbano, que oportunizou o término do Ensino Fundamental, bem como qualificação para o trabalho e o Projovem Adolescente, que operou como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Utilizando-se de uma pesquisa documental e um diálogo entre educadores do Programa para a análise de conteúdo, pode-se compreender a importância da criação e manutenção de políticas públicas direcionadas à juventude, em especial políticas educacionais e de trabalho, ainda que os índices de evasão se mostrem um grande entrave para a conquista deste objetivo.

**Palavras-chave:** Projovem; Políticas públicas para a juventude; Juventudes; Trabalho.

## **ABSTRACT**

This monograph investigates how the National Youth Inclusion Program (Projovem) developed in Novo Hamburgo city. Projovem was a public policy that benefited young people from 15 to 29 years old, divided into four modalities. Here are studied the two modalities adhered to by the city: Projovem Urbano, which provided the opportunity to finish elementary school, as well as qualification for work, and Projovem Adolescente, which operated as a Service for Coexistence and Strengthening Bonds. Using documentary research and a dialogue between educators of the Program for content analysis, one can understand the importance of creating and maintaining public policies aimed at youth, especially educational and labor policies, even if the rates of evasion proves to be a major obstacle to the achievement of this objective.

**Keywords:** Projovem; Public policies for youth; Youth; Work.

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	8
2. Políticas públicas para a juventude e o Projovem.....	13
3. Projovem em Novo Hamburgo.....	18
3.1. Impactos positivos na formação dos jovens.....	19
3.2. Coletividade.....	20
3.3. Dificuldades e desconexões.....	22
3.4. Descontinuidade do Programa.....	24
4. Considerações Finais.....	27
Referências.....	31

## 1. Introdução

Que os jovens sempre existiram é um fato. No entanto, a construção social da Juventude como conceito, bem como a ênfase em sua dimensão cultural, são acontecimentos recentes, datados da segunda metade do século XX (PERONDI; VIEIRA, 2018). Tendo passado por diversas compreensões como o “vir a ser” e a transitoriedade da juventude no caminho para a vida adulta – muito presente na escola e traduzida em diplomas – (DAYRELL, 2003), atualmente falamos em Juventudes, no plural; isso porque as pessoas jovens não são mais compreendidas apenas como um grupo de indivíduos em determinada faixa etária. Falar em juventudes significa que “a juventude não é uma categoria homogênea nem universal, pois dependendo de fatores como classe, gênero, etnia, cultura, território, etc., teremos jovens vivenciando a sua condição juvenil de maneira diferente.” (PERONDI, 2020, p. 256).

Ao utilizar o conceito de Juventudes, é importante destacar que o jovem é um ser completo e com potencialidades, ao contrário de como são concebidos historicamente: pouco confiáveis ou problemas sociais. (PERONDI, 2020). Ainda que a juventude constitua um momento determinado, ela assume uma importância em si mesma, para além da passagem à vida adulta (DAYRELL, 2003). O jovem como sujeito social possui direitos e demandas próprias, e olhar para as juventudes dessa forma é afirmar que “os jovens têm capacidade de assumir responsabilidades, de dialogar com adultos e de pensar sobre suas próprias escolhas e seu projeto de vida.” (PERONDI, 2020, p. 258).

Dayrell discorre sobre a juventude como uma fase da vida que abrange muito mais do que apenas a preparação para a vida adulta, como normalmente é vista. Ainda que se diga que “os jovens são o futuro do país”, é bem comum que também se atribua à juventude uma condição de instabilidade e de problema. Carrano e Sposito (2003), comentam sobre essa visão dualística da fase da vida aqui tratada:

Vive-se a simultaneidade de tempos no debate sobre a juventude, o que faz a convivência, muitas vezes dentro de um mesmo aparelho de Estado, de orientações tais como as dirigidas ao controle social do tempo juvenil, à formação de mão-de-obra e também as que aspiram à realização dos jovens como sujeitos de direitos. No que pese o maior ou o menor predomínio de

determinada tendência ao longo da história, algumas formulações em torno dos segmentos juvenis e da juventude têm sido mais fortemente reiteradas nos últimos anos. Os jovens ora são vistos como problemas ou como setores que precisam ser objeto de atenção. (2003, p. 18-19)

Falar sobre as juventudes implica pensar nas diferentes dimensões que impactam as suas identidades e trajetórias. Entre as várias possibilidades, pode-se destacar a dimensão do trabalho, que se constitui como um demarcador geracional para os jovens do século XXI. Em vista disso, este estudo irá se debruçar sobre o tema do trabalho e as suas repercussões nas políticas públicas e nas vidas das juventudes.

Segundo Tommasi e Corrochano (2020), o trabalho é uma das dimensões que constituem a experiência juvenil brasileira. Entende-se aqui o trabalho como na concepção Marxista, que atribui uma alta centralidade do mesmo na vida das pessoas. Contrário à concepção do capitalismo tradicional (BORGES, 1999, p. 84), que também assume o trabalho como central na vida da população, a Marxista “defende que o trabalho deve ser produtor da própria condição humana, expressivo, fornecer recompensas de acordo com as necessidades de cada um, de conteúdo criativo e desafiante, dignificante, de controle coletivo e protegido pelo Estado.” (Idem).

Como demonstrado por Aschidamini, Cristiano e Perondi (2014), através do trabalho, as pessoas podem se realizar objetivando suas capacidades físicas e mentais. Ainda, a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ, 2011) destaca que

A educação tem papel central na construção de uma trajetória de trabalho decente para os jovens. Mas também é preciso considerar os múltiplos sentidos, o lugar e o valor atribuído à atividade laboral (a possibilidade de autonomia econômica, aquisição de identidade, dignidade pessoal, entre outros aspectos), na trajetória dos jovens brasileiros. (p. 18)

No entanto, atualmente, o trabalho assume uma centralidade tão grande na vida das pessoas que desde a juventude já sabem que passarão a maior parte de suas vidas no ambiente de trabalho (ASCHIDAMINI; CRISTIANO; PERONDI, 2014).

Dessa forma, é possível enxergar claramente a necessidade de políticas públicas que visem inserir o jovem no mundo do trabalho, tal como se propõe o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). O Projovem foi instituído em 2005, pela lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005, e consiste em um programa

educacional, destinado a jovens com 15 a 29 anos residentes de áreas urbanas – com população igual ou superior a cem mil habitantes – que foram excluídos da escolarização regular e tem como objetivo reintegrá-los ao processo educacional, elevar sua escolaridade e promover sua formação cidadã, bem como sua qualificação profissional (BRASIL, 2008). Atende prioritariamente jovens residentes em regiões com maiores índices de violência contra a juventude negra, integrantes do Plano Juventude Viva e em regiões impactadas pelas grandes obras do Governo Federal, catadores de resíduos sólidos, egressos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e mulheres em sistemas prisionais. (Idem)

O que diferencia o Projovem de outras políticas públicas destinadas à juventude é fornecer aos jovens de baixa renda a oportunidade de voltar a frequentar o ambiente escolar, para que finalizem o ensino fundamental e tenham uma melhor colocação no mercado de trabalho. Ainda que os altos índices de abandono apontem um grande obstáculo na organização da política – a (falta de) confiança que os jovens menos abastados possuem em relação a políticas como o Projovem serem uma via de mobilidade e integração social (BLANCO, 2010) – é inegável que a presença de políticas públicas que visam realocar indivíduos no sistema educacional e no mercado de trabalho é de extrema importância num país de proporções tão grandes quanto o Brasil.

O objeto do presente trabalho é o Projovem e o seu desenvolvimento no município de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, onde realizei o Estágio I em Educação Social<sup>1</sup>, na Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS/NH). O estágio permitiu a coleta de dados significativos sobre a juventude do município e sobre as políticas públicas direcionadas a ela: 14.869 jovens estão cadastrados no Cadastro Único (Anotações do diário de campo do Estágio I), equivalente a 24% da população jovem de Novo Hamburgo em 2017 – último dado atualizado na época do estágio – sendo que, 975 estavam em demanda reprimida para uma vaga na Inserção Produtiva (Idem) oferecida por uma única instituição. Por isso, a pesquisa tem como objetivo estudar o programa em questão, com o intuito de analisar

---

<sup>1</sup> O Estágio I compõe o currículo do curso de Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É possível escolher entre Educação Social, Educação Especial e Gestão Escolar. Teve duração de 105 horas e foi realizado no ano de 2019, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Karine dos Santos. Nele, analisei os dados que a Vigilância Socioassistencial produziu sobre a juventude e despertou meu interesse no tema, levando a aprofundá-lo na pesquisa para o trabalho de conclusão.

documentos elaborados pela gestão do mesmo para assimilar como se deu o desenvolvimento da política no município.

Este trabalho está baseado numa pesquisa de caráter qualitativo, desenvolvida através de uma metodologia documental e bibliográfica, sendo dividida em duas partes. Na primeira, foram analisados 3 relatórios internos do Projovem Adolescente, fornecidos por membros da gestão do Programa com quem pude entrar em contato através do estágio realizado na SDS/NH. A pesquisa documental é caracterizada pelo estudo de fontes primárias: diários, relatórios, documentos de entidades públicas, etc. (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Sobre essa modalidade de pesquisa, Sá-Silva et al. (2009) afirma que

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. (p. 02)

A segunda parte da pesquisa consistiu na análise de um espaço de diálogo entre os coordenadores e um educador do Projovem Urbano e Adolescente – vídeo disponível no canal do Coletivo de Educação Popular e Pedagogia Social, no Youtube (CEPOPES, 2020) – com relatos de suas experiências durante a extensão do Programa desde sua implementação.

Para a análise dos dados produzidos nas duas fases da pesquisa será adotada a análise de conteúdo, pois compreende-se que a mesma possibilita uma forma de aprofundamento acerca dos mesmos. Segundo Caregnato e Mutti (2006), na análise de conteúdo (AC), o pesquisador se propõe a analisar e categorizar as palavras ou frases que se repetem, inferindo uma expressão que as represente. Para as autoras,

a técnica de AC, se compõe de três grandes etapas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados e interpretação. A primeira etapa como a fase de organização, que pode utilizar vários procedimentos, tais como: leitura flutuante, hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação. Na segunda etapa os dados são codificados a partir das unidades de registro. Na última etapa se faz a categorização, que consiste na classificação dos elementos segundo suas semelhanças e por diferenciação, com posterior reagrupamento, em função de características comuns. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 683)

Em seguida, foi feita uma revisão de literatura sobre as políticas públicas para a juventude e sobre o Projovem, bem como as relações de trabalho e

juventudes. As referências já existentes foram utilizadas para auxiliar na análise de conteúdo sobre o objeto da pesquisa, que ocupa a última etapa do trabalho, onde foram cruzados os dados provenientes da gestão do Programa e o que diz a literatura sobre o tema, a fim de, finalmente, assimilar a descontinuidade dessa política pública.

No primeiro momento, discorro sobre as políticas públicas para a juventude (PPJs) no Brasil, já apresentando o Programa Nacional de Inclusão de Jovens; depois uma descrição de como foi desenvolvido o Projovem no município de Novo Hamburgo e à quais modalidades aderiu; em seguida, a análise dos dados sobre os documentos e sobre a live que que discorreu sobre o programa como um todo e em cada modalidade; e por último, os resultados (ou questões) obtidos dessa pesquisa.

## 2. Políticas públicas para a juventude e o Projovem

É fato que os jovens são uma das maiores vítimas da situação de desigualdade em que vivemos, visto que a juventude vive diariamente o desemprego, a violência e a pobreza, além de serem vistos como problemas pela sociedade. Segundo Blanco (2010, p. 02), mesmo que a juventude seja beneficiada transversalmente por políticas de educação, saúde, habitação e assistência social, ainda não é alvo das ações focais do governo, pois as políticas sociais no país foram construídas ao longo do tempo com foco principal nos trabalhadores, contribuintes ou, ainda, para a infância.

Além de escassas, as políticas públicas para a juventude são muito recentes, uma vez que começaram a surgir juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 13 de julho de 1990, porém este não abrange toda a faixa etária da juventude. É apenas em 2005 que o Brasil começa a, de fato, organizar e criar as primeiras estruturas voltadas especificamente para a juventude em nível nacional: a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e, também, o Projovem. Essas estruturas ainda surgiram anteriormente à palavra juventude estar inserida na Constituição Federal – o que ocorreu em 2010 com a PEC da Juventude – e ao próprio Estatuto da Juventude, que foi promulgado apenas em 05 de agosto de 2013 (CEPOPES, 2020).

É importante mencionar que as políticas públicas para a juventude devem ser conectadas com as realidades juvenis e envolver os próprios jovens em sua construção. Sobre isso, fala-se na construção de políticas públicas de/para/com jovens. Mary Castro e Miriam Abramovay (2003) trazem esse conceito de políticas de/para/com jovens ao discutir a participação juvenil na sociedade, dizem que

uma das marcas atuais no campo de debates sobre políticas e juventude é o deslocamento de políticas para juventudes, ou seja a partir do Estado, para a perspectiva de políticas de ou com juventudes, ou seja, políticas específicas para grupos jovens e políticas que sejam decididas e formatadas com a participação dos jovens, combinando-se participação de grupos na sociedade civil com outros em instituições da sociedade pública estatal, sendo que em alguns países haveriam assembleias com representação juvenil e secretarias de juventude com a participação direta de jovens. (p. 19)

Em seu trabalho, elas apresentam um quadro explicativo sobre tal conceito:

**QUADRO 1 – Concepção de uma política integrada de/para/com juventudes – novo paradigma**

**– DE**

- Juventude e juventudes;
- Sujeitos de direitos e atores do desenvolvimento;
- Construção de autonomia e formação de capital cultural.

**– PARA**

- Lugar do Estado.

**– COM**

- Articulações entre agências, lugar dos adultos, lugar dos jovens;
- Ações imediatas, considerando princípios integradores;
- Investimento em processo;
- Vontade política para mudar a forma de fazer política;
- Lidar com complicadores políticos, econômicos, culturais e históricos.

Fonte: Abramovay; Castro, 2003. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000147.pdf>

Como demonstrado no quadro acima e descrito pelas autoras, o “novo paradigma” consiste na integração de referências que singularizam os jovens. Enfatizam também o lugar do Estado, bem como destacam que para fazer política com jovens (empoderados), é necessário que se invista na formação de adultos sensíveis para o trabalho com as juventudes e na abertura de espaços para a participação das próprias juventudes. (p. 21).

Labrea e Lobato (2013) trazem em seu trabalho dados significativos para a compreensão das políticas públicas para a juventude existentes no país. De acordo com as autoras, “a pobreza e a exclusão social são as principais razões pelas quais a juventude brasileira não vive plenamente sua cidadania, e um desses fatores é a qualidade de sua inserção no mercado de trabalho” (p. 34). Destacam ainda que apenas 35,8% dos jovens alfabetizados estão estudando atualmente, mesmo que a ampliação da rede de ensino básico reflita 97,2% dos jovens alfabetizados. Isso demonstra que a educação está diretamente ligada ao acesso ao mercado de trabalho. No entanto, a conciliação do trabalho com o estudo é um grande desafio para a juventude, fato que demonstra a importância da criação de políticas públicas que favoreçam a continuidade dos estudos e a permanência na escola, gerando possibilidades de trabalho regular, a fim de que os jovens possam obter experiência e romper com esse ciclo de desigualdades.

Em sua pesquisa, Corrochano et. al (2008) constata que o trabalho é uma questão central para os jovens brasileiros e que a maioria está no mercado de trabalho, trabalhando ou em busca de um emprego. Esse fato torna essencial que o poder público e a sociedade considerem essa realidade, além da combinação de trabalho e estudos. Ainda infere que no conjunto de políticas públicas dirigidas aos jovens no Brasil, tem-se uma boa medida de programas que se concentram na elevação da escolaridade aliada à qualificação profissional (p. 61). Todavia, ainda que as ações relacionadas à garantia do direito de educação tenham sido mais abundantes e tido avanços na década de 2000 – embora sejam ações pontuais, com tempo e público determinados – o país carece de ações que considerem a diversidade de relações que a heterogeneidade do segmento juvenil estabelece com o trabalho, com o estudo ou com ambas.

No contexto brasileiro, se percebe que as políticas públicas tomaram um viés mais assistencialista e de controle social, uma vez que os programas criados para a juventude na década de 1990, eram “programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente aos moradores dos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras.” (CARRANO; SPOSITO, ano, p. 21). É importante fazer esse destaque para a juventude oriunda de famílias com baixa renda, uma vez que é esta que o Programa Nacional de Inclusão de Jovens prioriza em suas ações. Isso posto, é necessário apontar que tais políticas tendem a se direcionar à uma população “excluída” em que, segundo Sposati (1999), essa a própria expressão “exclusão” representa uma perda de direitos, que nunca foram plenamente oportunizados. Na mesma perspectiva, Blanco (2010, p. 05, grifo do autor) complementa, afirmando que “um caminho a ser construído em termos de análise é tratar o termo *exclusão social* relacionando-o a situações de exclusão da cidadania, do acesso igualitário a direitos que estão sendo implementados.”

O Projovem foi criado com o objetivo de reinserir esses jovens excluídos no processo de escolarização, promover a qualificação profissional e o desenvolvimento humano e, rapidamente, se tornou a principal política do governo federal destinada a esse segmento da população. Assume um caráter emergencial por atender jovens que precisam chegar logo ao ensino médio, e outro caráter experimental, uma vez que baseia sua proposta curricular em novos paradigmas que integram a formação geral, a qualificação profissional e o engajamento cívico

(BLANCO, 2010). O programa, após a reformulação, possui quatro modalidades: Projovem Adolescente, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social; Projovem Urbano, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República; Projovem Campo – Saberes da Terra, coordenado pelo Ministério da Educação; e Projovem Trabalhador, coordenado pelo Ministério do Trabalho (BRASIL, 2008).

É preciso atentar para o objetivo relacionado à reintegração dos jovens ao processo educacional. Ainda que o recebimento do benefício do Projovem Urbano esteja diretamente ligado à frequência nas aulas, a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ, 2011) destaca a necessidade de uma maior fiscalização no cumprimento dessa obrigação, bem como da qualidade do ensino oferecido, já que o objetivo é que os jovens beneficiados pelo programa possam ser realmente incluídos e terem seus direitos garantidos. Além disso, propõe que

dada a importância da escolarização em massa de crianças e adolescentes, é preciso transformar as condições de funcionamento e a qualidade da educação pública, já que o abandono escolar precoce decorre muitas vezes de fatores internos ao sistema de ensino. (p. 22)

O Projovem Adolescente, mesmo que não ofereça benefício monetário ao jovem, está condicionado à família ser beneficiária do Bolsa Família, e, portanto, está automaticamente ligado à escola. Nesse sentido, é pertinente que essa fiscalização ocorra, também, no Projovem Adolescente, pois pretende incentivar a continuidade dos estudos. Para tanto, é necessário que as condições de qualidade do ensino sejam melhoradas.

De acordo com a ANTDJ (2011), ainda é necessária uma maior integração do Projovem com o mundo do trabalho, uma vez que a formação dos jovens participantes se tornou o maior foco do programa. Isso demonstra ser um dos obstáculos que a política encontra: os jovens a quem ela se direciona se encontram em uma faixa etária em que o trabalho já é central em suas vidas e, ainda que a formação seja de seu interesse, as ações de qualificação profissional mostram-se muito importantes e ainda mais desejadas pelos jovens.

Zucchetti (2003, p. 54), ao tratar da educação e do trabalho, expõe que mesmo que a educação profissional de nível básico auxilie na conquista de empregos mais satisfatórios, nem sempre estes são melhor remunerados o que mantém o caráter compensatório das políticas públicas de assistência. Embora o

trabalho de Dinora preceda a criação do Projovem, a autora aborda questões que permanecem após o surgimento da política.

Outro grande desafio enfrentado pelo Projovem, para além da inclusão de jovens de baixa renda no ensino formal, é “construir uma cultura de direitos, de cidadania, que supere a herança histórica de ações públicas baseadas numa cultura de vigilância e caridade presentes na história das políticas sociais para infância e juventude no Brasil.” (BLANCO, 2009, p. 40). Isso porque, ainda que na formulação da política ela vise a garantia de direitos, os profissionais que a executam vivenciaram – e vivenciam – práticas caritativas e higienistas por dezenas de anos e várias gerações.

### 3. Projovem em Novo Hamburgo

Novo Hamburgo tem uma população jovem que alcança os 24% da população total. Segundo o Atlas Brasil (2010), dentre aqueles que têm entre 15 e 17 anos, a taxa de analfabetismo é de 1,07% e 23,17% estão frequentando o ensino fundamental; dos que têm entre 18 e 24 anos, 0,84% são analfabetos e 2% estão frequentando o ensino fundamental; e entre 25 e 29 anos, 0,99% são analfabetos. Nesse sentido, é possível compreender porquê uma política como o Projovem seria necessária na cidade, já que ela incentiva o retorno ao ambiente escolar.

O município aderiu ao Projovem entre 2006 e 2007, nas modalidades do Projovem Urbano, que ficou vinculado à Diretoria de Políticas para a Juventude, com 800 vagas e, mais tarde, com a reformulação, ao Projovem Adolescente, que ficou vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social, com objetivo de atingir 400 adolescentes. A divulgação do programa foi feita através de diversos formatos de mídia (rádio, cartazes, jornal), no entanto, segundo o relato dos educadores (CEPOPES, 2020), foi preciso uma busca ativa nos territórios para efetivamente alcançar o público do Projovem e garantir as matrículas.

De acordo com Jaeger (2011), os resultados do Projovem Urbano em Novo Hamburgo seguem a tendência de outros estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Dos 800 que iniciaram em 2009, apenas 200 se formaram, totalizando 25% dos jovens. O Projovem Adolescente, de acordo com a gestão, oscilou bastante durante os anos de sua execução (CEPOPES, 2020). No seu último ano, 2012, teve 326 jovens vinculados, com 75 desligamentos registrados – um coletivo não possui registros. (SDS/NH, 2013).

A partir da produção dos dados, realizada através da análise documental e da análise da live com membros do Projovem de Novo Hamburgo, foram elaboradas quatro categorias de análise: impactos positivos na formação dos jovens; coletividade; dificuldades e desconexões; e descontinuidade do Programa. As mesmas serão desenvolvidas na sequência do trabalho.

### 3.1. Impactos positivos na formação dos jovens

Ainda que a maioria da literatura produzida sobre o tema faça destaque para a grande porcentagem de evasões que está atrelada ao Projovem, é necessário salientar que, para aqueles que não evadiram, no caso de Novo Hamburgo, o Projovem ocupou um lugar importante em suas trajetórias.

Contrariando as expectativas iniciais que tínhamos sobre o Projovem Urbano, embasado na literatura existente sobre o programa, os egressos participantes do estudo, em geral, demonstraram que o curso foi proveitoso, já que encerraram o ensino fundamental, fato que abriu portas para continuar os estudos e conseguirem uma melhor posição no mercado de trabalho. Aliado a isso, esses jovens consideraram que as aulas do arco ocupacional foram muito instrutivas, aprimorando suas qualificações profissionais para melhor competirem no mercado de trabalho. (JAEGER, 2011, p. 29)

Essa visão é trazida também pelos educadores do Programa, em diálogo realizado em outubro de 2020, no canal do CEPOPES no YouTube:

Eu lembro que, nos anos que se seguiram, eu com frequência encontrava alguém em Novo Hamburgo, (...) e sempre relatos muito positivos, as pessoas felizes por terem tido a oportunidade, e eles contando situações: “agora tô trabalhando”, “tô com filho”, “tô não sei aonde”, “quero continuar estudando, quero fazer faculdade”, em alguns casos de alguns jovens que estavam muito empolgados em seguir o estudo... (Alexandre, ex-educador de Ação Comunitária)

Então por um período, logo depois, nós tivemos muita gente procurando, era muita gente mesmo, era um número bem expressivo de jovens que voltavam para pedir cópia do histórico e do certificado para poder dar continuidade no ensino médio (...) Outros jovens também que ficaram, que reprovaram mas que voltavam para pegar o certificado da formação do trabalho, que tinha ficado também na secretaria para a gente entregar, e com desejo de voltar e se inscrever na EJA e concluir o ensino fundamental no período que desistiu. Então a gente tem um número bem significativo de jovens que fizeram essa busca de volta na secretaria, né. (Marilene, ex-coordenadora do Projovem Adolescente)

O educador ainda fala a respeito das Ações Comunitárias, que apesar de se iniciarem e findarem ali, tiveram uma perspectiva de mobilizar essa juventude e “deixar uma semente do ponto de vista da percepção da cidadania”. (CEPOPES, 2020)

Zucchetti (2003), concluindo sua pesquisa, refere um aspecto que pode ser considerado positivo do ponto de vista dos egressos da política que avalia, e que cabe para a avaliação dos pontos de vista aqui citados:

A superação destas vulnerabilidades não significa, no caso dos jovens em questão, a simples inclusão no mundo do trabalho ou em atividades organizadas ou ainda no reconhecimento dos seus direitos, embora todos estes tenham um lugar de importância. Os jovens querem mais, estão à procura de um projeto de vida e de felicidade. (p. 187)

Falas como as do Alexandre e da Marilene e as que Jaeger menciona em sua pesquisa, bem como a visão de esperança realçada por Dinora, trazem à tona um dos questionamentos principais deste trabalho: por que, afinal, o Projovem foi descontinuado? Sabemos que o Programa foi interrompido em 2011 devido a irregularidades encontradas pelo Tribunal de Contas da União (O GLOBO, 2011), no entanto, sabendo da necessidade de PPJs como essa – e com retornos tão positivos dos egressos – por que não se vê esforço para sua reformulação e retorno?

A pesquisa revelou que dois fatores contribuiriam para a necessidade de continuidade de um programa como o Projovem, em Novo Hamburgo: de um lado, a quantidade de jovens presentes no município e o seu interesse em formação para o mundo do trabalho; de outro, as avaliações positivas, relatadas pelos ex-educadores e coordenadores do programa. Ainda assim, se percebe uma dificuldade por parte do poder público em oportunizar a implementação e a continuidade de políticas públicas de juventude, que garantam os direitos básicos para os jovens.

### **3.2. Coletividade**

A fala que ganhou maior destaque durante a conversa com os educadores do Projovem é a respeito da coletividade, seja no próprio trabalho dos educadores, seja dos jovens na construção das ações comunitárias ou até dos grupos do Projovem como um todo. A menção dessas falas se faz indispensável na concepção de se fazer políticas de/para/com as juventudes, trazida por Abramovay e Castro (2003) no Quadro 1.

A partir do momento que a gente começou a elaborar o Fórum da Juventude, (...) aí a gente começou então a articular com as escolas, e daí visitei algumas pessoas, a coordenação visitou só para fazer esse trabalho de convite, de motivação dos jovens para virem fazer parte desse fórum. (...) Esse pessoal vinha todas as noites para a escola, e mesmo nós, a gente já tinha que vir no sábado de manhã e aí ficar à tarde, então a gente vivia naquele trabalho praticamente, desconectava nunca daquilo, né, e a gente tinha muito a dúvida né: “Será que isso vai funcionar?” Mas a gente conseguiu, parece graças a esse espírito positivo que os professores

conseguiram manter no grupo, instigar os jovens também a se envolverem com esse outro ponto. Então eles vieram participar e a gente teve momentos em que tinha de 20 a 40 jovens reunidos no sábado à tarde para conversar, para pensar coisas que poderiam ser interessantes para o Projovem em Novo Hamburgo. (Marcelo, ex-coordenador do Projovem Urbano) (CEPOPES, 2020)

Sem dúvidas, essa fala expressa a importância da participação do jovem na construção de uma política direcionada a si próprio. “O debate sobre políticas com juventudes passa, nessa linha, pela formação política dos jovens no sentido de aprender a zelar pela coisa pública, acompanhar e cobrar a ação do Estado — exercício de cidadania.” (Abramovay; Castro, 2003, p.21). A mobilização de uma juventude que depois da semana inteira de trabalho e aulas, comparecia no sábado para dialogar com toda a equipe do Programa, resolver conflitos e pensar coisas novas, diz muito sobre as possibilidades de implementação das PPJs no Brasil.

Em um dos relatórios do Projovem Adolescente, da SDS/NH (2012), é tratada essa necessidade de que os educadores convidem os coletivos para essa mobilização. Ainda, traz a perspectiva de Toro e Werneck (1996, apud SDS/NH, 2012, p. 08) a respeito disso: “mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados.” Essa mobilização também diz respeito à busca ativa que foi essencial durante todo o desenvolvimento do Projovem, principalmente no sentido de compreender as necessidades da juventude que usufrui dessa política.

Essa questão da busca ativa foi fundamental, assim, para os dois programas, tanto para o Urbano, quanto para o Adolescente. (...) O compromisso desses educadores foi o que impactava na busca ativa, porque eram os educadores que conversaram diretamente com os adolescentes a partir daquele cadastro, e muitas vezes eu lembro da gente estar em determinado território com cadastro de um adolescente, e aí ao mesmo tempo a gente conseguia conversar com quatro ou cinco jovens que não eram cadastrados no CADúnico, mas que moravam no entorno, mas que eram vizinhos. (Marilene; CEPOPES, 2020)

O diálogo também salienta que o trabalho coletivo foi fortemente incentivado pela formação inicial dos educadores, bem como pelo fato de todos terem sido contratados mediante concurso público e não terem intimidade com as estruturas municipais.

Um longo processo de formação no qual a gente foi se conhecendo e foi estabelecendo uma relação muito positiva e isso foi algo bacana, assim. A equipe que veio fazer formação conosco, também, da Fundação Darcy Ribeiro, uma equipe também muito bacana, no sentido de nos provocar, de

nos atijar, né, de deixar com vontade de fazer as coisas acontecerem, então eu acho que esse foi um elemento importante para o programa em Novo Hamburgo, assim, se criou uma sinergia dentro do grupo, essa equipe que entrou para administrar, para tocar o Programa e os educadores, e foi muito positivo, assim, foi positivo, mas também elevou as nossas expectativas, nós começamos assim sonhando alto, né e querendo fazer muita coisa acontecer, mas essa foi uma peculiaridade do caso de Novo Hamburgo, que foi marcada desde o início e acho que isso marcou também a trajetória do Projovem Urbano em Novo Hamburgo. (Marcelo; CEPOPES, 2020)

Então assim, era juntar esse conjunto bastante heterogêneo de forças e tentar conseguir criar um impacto positivo, só que isso por outro lado, embora possa parecer uma dificuldade, por outro lado eu acho que foi a força do programa, porque as pessoas acabaram tendo que justamente dar as mãos e se articular, porque nós sabíamos que corríamos contra o tempo e essa é uma realidade. (...) Então veja o que são dois lados, a complexidade de como as coisas se constituíram, mas ao mesmo tempo foi a força para construir uma coesão do grupo, para que então a gente conseguisse andar, apesar de todas as dificuldades e chegar lá no fim com o resultado que eu entendo que foi positivo, né. (Alexandre; CEPOPES, 2020)

A coletividade se mostra muito presente na fala de Alexandre, especialmente quando o educador destaca sua importância para construir um grupo coeso que conseguisse chegar ao fim do Programa com resultados positivos, comprovando o valor que a mesma teve na construção proveitosa da política pública. No entanto, apesar de fazer menção às positivities de se ter a contratação via concurso público, com profissionais de diversos lugares do estado, os educadores também trazem o ponto de vista da turbulência e das dificuldades que essa desconexão com a Prefeitura trouxe para o desenvolvimento da política.

### **3.3. Dificuldades e desconexões**

É importante destacar que é uma situação complicada, essa da política, o contexto, a gente tinha uma administração municipal que não tava completamente alinhada com o plano federal, tinha uma distinção já colocada político-partidária que marcava um pouco a nossa relação com o programa e com a prefeitura e isso implicava em algumas dificuldades, né. (...) uma reflexão importante do quanto a gente sofre para fazer uma política pública em função dessas desarticulações, desses nichos, desses feudos que se criam na máquina pública, e aí a gente ao invés de conseguir uma cooperação, a gente fica nessas disputas que entram o programa. (Marcelo; CEPOPES, 2020)

A fala de Marcelo refere a grande dificuldade que o Projovem (Urbano) tinha de conseguir conversar com a Prefeitura e outros órgãos públicos, por ter essa equipe diversa, que era de todo lugar. Ele relata que de todos os Projovens que ele

conheceu, o de Novo Hamburgo era o único que não havia feito essa contratação pela proximidade com a administração municipal. É um fator relevante na avaliação da política, visto que essa dificuldade na articulação gerava diversos problemas na execução dos projetos: um lanche que pouco alimentava, falta de transporte e segurança nas escolas no período das aulas.

Os educadores ainda contam que se a Diretoria de Políticas para a Juventude não tivesse tomado a iniciativa de levar o Projovem para o município, o Programa provavelmente não teria acontecido, uma vez que a Secretaria Municipal de Educação apenas assumiu o pacote do Projovem Urbano anos depois da adesão, por obrigação.

Como eles relataram aí, esse projeto estava vinculado à Diretoria de Políticas Públicas para a Juventude, dentro da Secretaria de Desenvolvimento Social. E então após essa finalização, a assistente social entregou o pacotinho para SMED, porque a gente também foi entendendo no processo, eu era uma das gestoras do programa de parte da prefeitura, e aí a gente entregou o pacote para SMED porque ele era um projeto do MEC, era um projeto da educação, que estava, por questões políticas, dentro de uma Diretoria de Juventude e que talvez, hoje avaliando também, se não tivesse vindo pela Diretoria de Juventude, provavelmente o município não tivesse nem feito adesão ao programa, porque a Secretaria de Educação, na época, não tinha essa empatia, digamos assim, com o programa, né. Então a Secretaria de Educação assumiu meio que por protocolo, assim, porque precisou assumir... (Marilene; CEPOPES, 2020)

É interessante perceber essa falta de interesse da Secretaria de Educação, relatada por Marilene, uma vez que o Projovem Urbano, estava diretamente ligado à educação e à conclusão do Ensino Fundamental. Marcelo faz mais uma fala que destaca essa distância um tanto incoerente – já que o próprio estado as cria – que existe entre o estado e as políticas públicas:

A gente elaborando se dá conta da distância que existe entre o estado e as políticas públicas que o estado organiza, o braço do estado e a distância que se coloca disso com a sociedade e com as carências desse público que a gente tá tentando atingir. (Marcelo; CEPOPES, 2020)

Cada uma dessas dificuldades e desconexões aqui relatadas contribuem na compreensão da avaliação destaque da política nacional que é o Projovem: a evasão. No caso do Projovem, a evasão não está necessariamente ligada a um desinteresse do jovem ou a uma má qualidade do ensino ofertado. Ana Lucélia Dias (2012) afirma que nem sempre a evasão é voluntária. A evasão de políticas públicas, especialmente direcionadas a populações de situações de risco, acaba se

dando por motivos tais como novo emprego, licença maternidade, hospitalização, reclusão ou novas oportunidades. Isso também se explicita nas falas dos educadores a respeito do Projovem de Novo Hamburgo.

E aqueles que foram evadindo, porque a evasão é um é natural nesse contexto, foram por extrema necessidade, e não me recordo de situações de jovens que evadiram porque não se sentiram à vontade com a metodologia, ou com abordagem dos professores, ou com a forma com o programa estava colocado, ainda que o programa tivesse muitas dificuldades. (Alexandre; CEPOPES, 2020)

É claro que a gente teve uma evasão, isso a inevitável, (...) e a gente sofria com esse movimento do jovem deixando o programa, mas hoje também a gente vai elaborando, eles têm uma inteligência colocada, eles também vão fazendo suas opções, eles têm uma vida muito sofrida, essa população tem todo um histórico de complicação e eles vão entendendo também o quanto eles vão conseguir receber desse esforço que eles estão colocando, e era um esforço grande para esse jovem estar todas as noites no programa. O trabalho era pesado e eles vinham de um dia inteiro de trabalho, mas ainda assim, acho que a gente conseguiu manter, ao menos durante o ano de 2007, a coisa se sustentou num clima muito bom, num clima positivo entre os colegas. (Marcelo; CEPOPES, 2020)

No entanto, na perspectiva do Projovem Adolescente, muitas vezes, a evasão se transformava em desligamento, pois se fazia um acompanhamento do jovem que evadia, para diagnóstico.

A gente tinha uma prática semelhante no Projovem Adolescente, que a gente verificava todas as evasões, então essa evasão ela se transformava em desligamento, porque a gente fazia essa busca do jovem no Projovem Adolescente. O jovem que abandonava, que a gente considerava evadido, normalmente ia um assistente social do CRAS (como o coletivo era vinculado) junto com o educador e faziam uma segunda busca ativa desse jovem, na maioria das vezes a gente teve muito sucesso, o jovem acabava retornando ou então se encaminhava uma situação diferente, da demanda, a necessidade do adolescente. (...) Nenhum jovem simplesmente abandonava o programa sem que a gente fosse buscar a razão disso, então acho que esse cuidado também da gente poder ter, até para compreender e fazer articulação... Às vezes ele tá num momento que tem outra necessidade, e ele tem todo direito de dizer: “Eu não quero mais estar aqui, esse programa não me serve mais”, mas de poder pensar com ele uma outra alternativa. (Marilene; CEPOPES, 2020)

É pertinente pensar nessa prática de busca ativa que a gestão do Projovem em Novo Hamburgo adotou, antes e durante o Programa. Dessa forma, mesmo que o sujeito evada, não fica desassistido em qualquer que seja sua demanda – e essa é uma prática válida para se pensar dentro de qualquer política pública destinada às pessoas em situação de vulnerabilidade.

### 3.4. Descontinuidade do Programa

No contexto brasileiro, há uma descontinuidade de políticas públicas e estruturas que não se estabelecem por muito tempo. Não é diferente com o Projovem:

O fim do programa agora não lembro exatamente quando foi, mas eu acho que não foge muito a regra dos outros Projovens, né, até porque o ProJovem Urbano, se não me falha a memória, ele tinha uma previsão de final também, porque ele tinha um número X de jovens que o Brasil pretendia, então, fazer essa formação, e se não me falha a memória, ele tinha uma previsão de fim. O ProJovem Adolescente, ele não se encerrou, quer dizer, ele se encerrou daquela forma, porque ele tava construído com a política de assistência social. Em 2013, a política de assistência fez um reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e automaticamente reordenou, também, o ProJovem. (Marilene; CEPOPES, 2020)

O relato da finalização do Projovem no município demonstra que, a princípio, o Programa teve fim pois atingiu sua meta no município. No entanto, não foi isso que se verificou, pois o Projovem Adolescente, conectado a política de assistência, se dissolveu no reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, deixando uma faixa etária de jovens desassistida: dos 15 aos 17 anos. O último ano do Projovem em Novo Hamburgo foi 2012, e desde lá há uma lacuna de políticas direcionadas a essa faixa etária (Anotações do diário de campo do Estágio I).

Em contraponto, também, complementando a fala de Marilene, o educador Marcelo menciona uma razão mais subjetiva, passível de análise para a descontinuidade do Programa:

Eu me desliguei, como eu disse, no início de 2008, e o ProJovem, em alguma medida, ele foi acabando dentro de mim, então eu fico pensando até que ponto isso também não se repetiu com os demais colegas. (...) Foi marcante essa decisão de ter feito concurso, de não ter feito por indicação, sem vinculações prévias, isso foi muito marcante... Mas depois a gente começou a colher os aspectos negativos dessa decisão, que era nossa desarticulação com a prefeitura, nossa incapacidade efetiva de resolver os problemas que eram colocados para nós. (...) A gente sofreu muito o peso dessa desarticulação, desses vícios, dessa falta de relacionamento entre as secretarias, e do município com o plano federal, né, que não estavam ali alinhados praticamente, e isso foi aos poucos, me parece, de uma forma, cansando a equipe. (...) Foi acumulando muitas demandas não atendidas e foi nos frustrando, assim, então me pergunto até que ponto isso não se repetiu em outros núcleos, isso também de alguma forma não é um elemento de análise, então, não tem a ver com a continuidade do programa. (Marcelo; CEPOPES, 2020)

As desarticulações, que eram facilmente evitáveis, culminam num peso estarrecedor para a gestão do Programa, uma vez que os deixam trabalhando sozinhos. É primordial pensar na saúde mental dos educadores e dos profissionais que trabalham para fazer a política acontecer, principalmente porque a síndrome de Burnout – sobretudo nos educadores – é uma realidade no Brasil. Essa síndrome, segundo Maria Helena Varella (s.d.), é um distúrbio psíquico cuja principal característica é o estado de tensão emocional e estresse crônicos provocado por condições de trabalho desgastantes. Como fazer uma política pública acontecer e dar certo sem ter onde se apoiar? É mais um dos tantos questionamentos provocados pela análise do desenvolvimento da política em Novo Hamburgo.

#### 4. Considerações Finais

Ao dar início às considerações finais, pode-se afirmar que não há uma conclusão para esta pesquisa. A presente monografia transitou pelos aspectos mais relevantes a respeito do Projovem de Novo Hamburgo, com objetivo de compreender a descontinuidade da política pública. Nesta seção, retomarei os pontos que ganharam mais visibilidade, bem como as questões que, inevitavelmente, surgiram a partir da pesquisa.

Para começar, é importante recapitular alguns tópicos. As PPJs, no Brasil, são escassas e recentes. Além disso, há um histórico de políticas assistencialistas e higienistas para a juventude. Abramovay e Castro (2003) falam sobre a criação de políticas de, para e com a juventude, isto é, os jovens envolvidos no processo de construção das políticas destinadas a si. Para tanto, é necessária uma formação cidadã dos jovens.

Cabe destacar mais uma vez a importância do investimento em um capital cultural político dos jovens no processo de participação do fazer política. É necessário, além de se criticar como são feitas as políticas públicas, investir no aprendizado do entendimento do fazer política, no sentido de acompanhar quem, para que e para quem são feitas essas políticas e como essas propostas tramitam nas esferas do poder. A fiscalização das decisões e o monitoramento do uso da “coisa pública” permitem o amadurecimento e qualificação da sociedade civil, que pode se mobilizar por vias institucionais oficiais, como, por exemplo, através de ONGs, organizações político-partidárias, Conselhos de Direitos e outras vias. (ABRAMOVAY; CASTRO, 2003, p. 40)

Dessas políticas para a juventude, o Projovem esteve entre as mais importantes, visto que tinha o objetivo de reintegrar jovens que foram excluídos do processo de escolarização, bem como a sua inserção no mundo do trabalho, possibilitando a garantia de seus direitos e a tão sonhada mobilidade social. Contudo, segundo Blanco (2010, p. 08), apesar de basear-se em pressupostos de uma inclusão que favoreça a cidadania, a participação e a garantia de direitos dos jovens os altos índices de abandono do Programa apontam um grande entrave na organização das políticas sociais: os jovens não enxergam como uma via efetiva de garantia de direitos e mobilidade social.

O município de Novo Hamburgo iniciou o Projovem no ano de 2007 e, após as reformulações da política, permaneceu com o Projovem Urbano e Adolescente. Os resultados e os índices de evasão não fogem ao padrão dos estados do Sul e Sudeste, que possuem uma porcentagem de 25% de conclusão do curso, tendo seu fim em 2012, quando se encerrou a última edição do Projovem Adolescente.

Diante da análise do caso do Projovem de Novo Hamburgo, foi possível fazer algumas constatações. Os altos números de evasão têm razões que ultrapassam o entendimento de fracasso escolar: pode ser um novo emprego com melhor remuneração, licença maternidade, reclusão ou novas oportunidades, como expõe Dias (2012). Nesse sentido, pode-se inferir que, ao contrário do que diz a literatura sobre o tema, não é apenas falta de confiança do jovem na política. De acordo com os relatos aqui abordados e com a pesquisa de Jaeger (2011), os jovens concluintes do Programa afirmam que o mesmo foi proveitoso e agregou positivamente para a sua formação, de forma que puderam seguir os estudos estando no mercado de trabalho.

Outra categoria de análise que se revelou importante no contexto da pesquisa foi a da Coletividade. Apontada no trabalho como o tema mais recorrente no diálogo entre os educadores do Projovem, toma um espaço muito importante nesta análise para compreender os diferenciais que o município de Novo Hamburgo adotou no desenvolvimento da política. Primeiramente, o fato da contratação ter sido mediante concurso público e ter agregado profissionais que não tinham relação de proximidade com a administração pública municipal – o que mais pra frente se tornou uma dificuldade – fez com que se criasse um grupo muito unido e coeso, a fim de facilitar a gestão e o desenvolvimento do Programa; essa foi uma escolha consciente da equipe.

Em segundo lugar, a união dos profissionais, bem como os assistentes sociais do CRAS-Centro de Referência de Assistência Social, em fazer a busca ativa dessa juventude a quem o Projovem se direcionava, proporcionou uma união dentro dos núcleos criados, onde cada aluno e educador chegava com uma intensidade e vontade de fazer as coisas acontecerem juntos. E em terceiro, o denominado Fórum da Juventude, que era um espaço onde os jovens e a equipe do Projovem se reuniam para debater e planejar futuros projetos dentro do Programa, bem como para expressar suas insatisfações e resolvê-las. Esse era o espaço em que se construía a política junto com os jovens, como sugerem Abramovay e Castro

(2003), fato que contribuiu para o bom proveito da formação que o Programa ofereceu a essa juventude.

Não obstante, os pontos negativos também fizeram parte desta análise. Como citado acima, a distância entre equipe do Projovem e a administração pública municipal logo se tornou um grande obstáculo na resolução das adversidades que surgiam, adversidades que frequentemente dificultavam o acesso dos alunos ao Programa. Além disso, segundo relatado, havia um certo desinteresse da Prefeitura e suas estruturas em relação ao Programa.

Dos pontos negativos, a evasão segue sendo o maior deles. Jaeger (2011, p. 36) apresenta em sua pesquisa a fala do diretor do PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), de Novo Hamburgo na época, destacando que o Projovem, sobretudo o Urbano, deveria ter sido implementado de acordo com as singularidades de cada região do país, visto que nas regiões Norte e Nordeste a evasão sempre esteve abaixo de 50%, demonstrando que era mais atrativo aos jovens de lá .

De modo geral, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens não foge do padrão de descontinuidade de PPJs que temos no contexto brasileiro. No entanto, considero difícil a compreensão da descontinuidade dessa política, especificamente. Mesmo com os dados coletados de documentos internos e com as falas de Blanco (2010) a respeito da evasão e entraves da política, a presente pesquisa evidencia os aspectos que tornam o Projovem uma das políticas mais potentes destinadas às juventudes no país.

Durante o diálogo de educadores do Projovem que foi transmitido no YouTube, um dos mediadores mencionou o seguinte comentário: “resistir para além dos governantes que estão neste momento” (CEPOPES, 2020) e menciona a urgência da continuidade nas políticas para a juventude. De acordo com Estevam (2010, p. 04), a descontinuidade de políticas públicas, principalmente as sociais, é caracterizada pela “perda de prioridade na agenda de novos gestores até a mudanças de nome, objetivos ou estratégias ou até a interrupção total de atividades, quase sempre em função de critérios políticos e não-técnicos. Acontece em projetos, programas, políticas e/ou em organizações ou instituições”, isso ocorre com mais frequência no âmbito municipal, quando há troca de mandatos, todavia é extremamente relevante também no âmbito federal.

É preciso encontrar soluções para a descontinuidade de políticas públicas que se instalou no Brasil, sobretudo as políticas educacionais e de geração de emprego e renda, já que desde muito tempo até a atualidade verificam-se necessárias tais estruturas. Programas como o Projovem, em sua melhor forma, devem continuar ocorrendo, pois geram perspectivas positivas em se tratando de reinserção no processo de escolarização e inserção no mundo do trabalho em seus alunos, possibilitando que saiam de uma situação de exclusão social e exerçam seus direitos como cidadãos.

Por fim, gostaria de destacar a importância do Estágio I em Educação Social para a realização da presente pesquisa, na qual tive a oportunidade de aprofundar o tema do trabalho na juventude através da pesquisa documental e do diálogo com os educadores do Projovem. Certamente a vivência na Secretaria de Desenvolvimento Social contribuiu na minha trajetória na graduação, nos meus processos pessoais de construção profissional, bem como no aprofundamento teórico sobre a política aqui estudada.

## Referências

Atlas Brasil. Consulta em Tabela. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

ABAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Por um novo paradigma do fazer políticas – Políticas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2003.

ASCHIDAMINI, F; CRISTIANO, G. D.; PERONDI, Maurício. Trabalho: um demarcador geracional para os jovens universitários. In: RIBEIRO, J. J. et al. **Juventudes na universidade: olhares e perspectivas**. Porto Alegre: Redes Editora, 2014.

BLANCO, Diego Monte. **À luz do dia, nem todos os gatos parecem pardos: percepções de jovens sobre os limites e possibilidades do Projovem Urbano**. 2009.

\_\_\_\_\_, Diego Monte. **O Projovem Urbano na trajetória das políticas para a juventude: Desafios do programa e perspectivas de análise**. In: Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, vol 2, N. 3, julho de 2010, p. 1-12.

BRASIL. Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude**. Brasília: MTE, 2010.

BORGES, L. DE O. As concepções do trabalho: um estudo de análise de conteúdo de dois periódicos de circulação nacional. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 3, n. 3, p. 81–107, dez. 1999.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 679–684, dez. 2006. Disponível em: <[scielo.br/scielo.php?pid=s0104-07072006000400017&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://scielo.br/scielo.php?pid=s0104-07072006000400017&script=sci_abstract&lng=pt)>. Acesso em: 05 mar. 2021.

CEPOPES. **Prosas cepepeanas de/em casa - S02EP04 Memórias e vivências do Projovem de Novo Hamburgo.** Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2YIM4S-9x-l>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

CORROCHANO, Maria Carla. et al. **Jovens e Trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para a políticas públicas.** São Paulo: Ação Educativa, Instituto ibi, 2008.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40–52, dez. 2003.

DIAS, A. L. **As políticas públicas de juventude em descontinuidades: uma análise das práticas de evasão no ProJovem Urbano de Porto Alegre.** Porto Alegre: UFRGS, 2012.

ESTEVAM, D. de O. A contínua descontinuidade administrativa e de políticas públicas. **Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/seminariocsa/article/view/1390/0>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades – Novo Hamburgo.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/novo-hamburgo/panorama>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

JAEGER, Augusto F. **Projovem Urbano: perspectivas sobre inserção dos beneficiados no sistema educacional e mercado de trabalho.** Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/31992>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

LABREA, V.; LOBATO, A. L. **JUVENTUDE E TRABALHO: CONTRIBUIÇÃO PARA O DIÁLOGO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS.** 2013. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3799/1/bmt55\\_politicaemfoco\\_juventude.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3799/1/bmt55_politicaemfoco_juventude.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2021

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas.** 2a edição. São Paulo: Atlas, 2009.

PERONDI, Maurício. et al. **Juventudes entre A & Z**. Porto Alegre: Cirkula, 2020.

\_\_\_\_\_, Maurício; VIEIRA, Patricia Machado. A construção social do conceito de juventudes. In: **Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos: onde estamos? Para onde vamos?** Porto Alegre: EdiPUCRS, 2018.

SÁ-SILVA J.R.; CRISTÓVÃO DOMINGOS DE ALMEIDA; JOEL FELIPE GUINDANI. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SDS. **Relatório Pedagógico do Projovem Adolescente**. Novo Hamburgo, 2013.

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão social abaixo da linha do equador**. In: VERÁS, Maura Padini Bicudo (Ed.). Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serget Paugam. São Paulo: EDUC, 1999.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2003, n.24, pp.16-39. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000300003&script=sci\\_abstract&tIng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000300003&script=sci_abstract&tIng=pt). Acesso em: 28 mar. 2021.

SUWWAN, L. Projovem acumula em seis anos histórico de fracasso e descontrole financeiro. **O Globo**. São Paulo, 03 out. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/projovem-acumula-em-seis-anos-historico-de-fracasso-descontrole-financeiro-2744497>. Acesso em: 05 abr. 2021.

TOMMASI, L. D.; CORROCHANO, M. C. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 353–372, ago. 2020.

VARELLA, Helena M. **Síndrome de burnout (esgotamento profissional)**. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/sindrome-de-burnout-esgotamento-profissional/>. Acesso em: 18 abr. 2021.

ZUCCHETTI, Dinora T. **Jovens: a educação, o cuidado e o trabalho como éticas de ser e estar no mundo.** Novo Hamburgo: Feevale, 2003.